



Historia Crítica

ISSN: 0121-1617

Departamento de Historia, Facultad de Ciencias Sociales,
Universidad de los Andes

Mauad, Ana Maria

**Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de
História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017)***

Historia Crítica, núm. 68, 2018, Abril-Junho, pp. 27-45

Departamento de Historia, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de los Andes

DOI: <https://doi.org/10.7440/histcrit68.2018.02>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81156122002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Usos do passado e História pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017)[●]

Ana Maria Mauad

Universidade Federal Fluminense, Brasil

<https://doi.org/10.7440/histcrit68.2018.02>

Data de recebimento: 28 de julho de 2017/Aceitação: 14 de dezembro de 2017/ Modificação: 6 de janeiro de 2018

Citando: Mauad, Ana Maria. "Usos do passado e história pública: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017)". *História Crítica* n.º 68 (2018): 27-45, <https://doi.org/10.7440/histcrit68.2018.02>

Resumo: Este artigo avalia, em chave historiográfica, a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense (UFF), criado em 1982, com o propósito de discutir os desafios da história da memória pública no Brasil —e na América Latina— e as abordagens inovadoras associadas às metodologias de História Oral e História Visual. Toma como ponto de partida o ambiente e os projetos em que foi gestado o LABHOI e agrega questões teóricas e metodológicas sobre como operar o tema da memória. Na conclusão, reflete-se sobre o que denominamos de “atitude historiadora”, através da análise da plataforma digital “Passados Presentes”.

Palavras-chave: *Thesaurus: Brasil; história oral, historiografia. Palavras-chave do autor: memória coletiva, história pública.*

Los usos del pasado e historia pública en Brasil: la trayectoria del Laboratorio de Historia Oral e Imagen de la Universidade Federal Fluminense (1982-2017)

Resumen: En el artículo evalúa en clave historiográfica la trayectoria del Laboratorio de Historia Oral e Imagen (LABHOI) de la Universidad Federal Fluminense (UFF), creado en 1982, con propósito de discutir los retos de una historia de la memoria pública en Brasil —y en América Latina— y a los abordajes innovadores asociados a las metodologías de la Historia Oral e Historia Visual. Toma como punto de partida el ambiente y proyectos en que fue gestado el LABHOI y añade cuestiones teóricas y de método sobre cómo se operar sobre el tema de la memoria. Concluye el enfoque reflexionando sobre lo que denominamos de “actitud historiadora”, por medio del análisis de la plataforma digital “Pasados Presentes”

Palabras clave: *Thesaurus: historia oral; historiografía; memoria colectiva. Palabra clave autor: historia pública.*

The Use of the Past and Public History in Brazil: The Trajectory of the Laboratory of Oral History and Image at Universidade Federal Fluminense (1982-2017)

Abstract: This article presents a historiographical assessment of the trajectory of the Laboratory of Oral History and Image (LABHOI) the of Universidade Federal Fluminense, created in 1982, in order to discuss the challenges of the history of public memory in Brasil —and in Latin America— and the innovative approaches associated with the methodologies of Oral History and Visual History. The analysis is based on

● Esse artigo se inscreve no projeto de pesquisa “História Pública, Memória e Escravidão Atlântica no Rio de Janeiro”, financiado pela FAPERJ no Edital Projetos Temáticos 2013, sob minha coordenação.

the environment and first projects of LABHOI and builds on theoretical and methodological issues on how to proceed on matters of memory. The approach concludes by reflecting on what is known as “historian attitude” through the analysis of the digital platform “Present Pasts” (Passados Presentes).

Keywords: *Thesaurus: oral history, historiography, collective memory. Author keyword: public history.*

Introdução

Em 2017, o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense (UFF) cumpre 35 anos. Marcos comemorativos, sabemos, como historiadores que somos, servem às múltiplas operações de sentido. Desde a celebração da criação (de nações a instituições) até a identificação de novas posturas e possibilidades de ação. Neste texto, objetiva-se tanto celebrar a criação bem-sucedida de um espaço de reflexão e experimentação metodológica orientada pelo uso sistemático de fontes orais e visuais na pesquisa histórica quanto colocar em perspectiva teórico-metodológica a trajetória do LABHOI, em chave historiográfica. Portanto, trata-se de identificar, nesse percurso, por meio da problematização dos usos do passado por diferentes agentes históricos, um projeto de história pública que se elabora em estreito diálogo com a perspectiva de história oral assumida pelo grupo de pesquisa no Brasil.

A criação do LABHOI, nos anos 1980, em pleno momento de uma virada epistemológica na História, pode ser considerado um sintoma, uma pista de que os territórios da História estariam ampliando suas fronteiras, incorporando novos sujeitos sociais e problematizando os processos sociais desde um outro lugar. Em torno à crítica às “grandes narrativas” e à emergência do tema da memória associado à retomada do estado de direito no Brasil, desenha-se o campo de possibilidades para o grupo naquele momento, e nos leva indagar sobre as condições sociais para elaboração de uma trajetória própria ao Laboratório de História Oral e Imagem.

A problemática teórica das relações entre história, memória e historiografia, especialmente a temática das representações do passado, perpassa a trajetória do LABHOI, integrando, numa reflexão comum, os diferentes eixos de pesquisa e projetos específicos. Entre as referências teóricas relevantes destacam-se o texto clássico organizado por Pierre Nora e as formulações e discussões que abarcam os trabalhos de Alessandro Portelli, Luisa Passerini, Richard Cândida Smith, Daphne Patai, Michael Pollack, Henry Rousso, por exemplo, todos voltados para as complexas relações entre memória e História¹. Trata-se, portanto, de problematizar o surgimento do campo da História da Memória e suas fontes, sobretudo orais e visuais, em estreito diálogo com a historiografia que se orienta em torno dos debates sobre história do tempo presente, lugares de memória e “usos” do passado, ao longo das três décadas de trajetória do LABHOI.

1 Pierre Nora, *Les lieux des mémoire*, vols. 1-4 (Paris: Gallimard, 1984); Alessandro Portelli, *História Oral como arte da escuta* (São Paulo: Letra e Voz, 2016); Alessandro Portelli, *Ensaios sobre História Oral* (São Paulo: Letra e Voz, 2010); Luisa Passerini, *História Oral: a memória entre política e emoção* (São Paulo: Letra e Voz, 2011); Richard Cândida Smith, *Circuitos de subjetividade: História Oral, acervo e artes* (São Paulo: Letra e Voz, 2012); Daphne Patai, *História Oral, feminismo e política* (São Paulo: Letra e Voz, 2010); Michael Pollack, “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos* 2, n.º 3 (1989): 4-15; Micheal Pollack, “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos* 5, n.º 10 (1992): 200-212; Henry Rousso, “A memória não é mais o que era”, em *Usos e abusos da história oral*, organizado por Marieta Ferreira, Janaína Amado e Alessandro Portelli (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Ed., 1996).

Para além das necessárias discussões sobre história oral ou história da imagem², do ponto de vista do LABHOI, interessam-nos, sobretudo, as perspectivas de interação entre fontes orais e visuais e a reflexão sobre narrativas, identidade e memória. Segundo Pierre Nora, a memória é o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada, por uma coletividade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado³. São essas recordações que têm sido convertidas em fontes históricas através de diferentes metodologias de registro. Em pleno século XXI, somos sociedades dotadas não apenas de uma única forma comunicativa —a linguagem verbal—, mas de um conjunto incomensurável de imagens e sons que devem ser entendidos como textos, a serem aprendidos e manejados pelos seres humanos. Portanto, devem ser analisados do ponto de vista de uma intertextualidade que perpassa cada um deles, associando uns aos outros. Esta intertextualidade, não é uma mera associação formal, mas a condição básica que atribui sentido a tais textos, resultando do fato de estarem todos eles referidos a grupos sociais específicos que interagem na dinâmica histórica. O que nos leva ao projeto atual do LABHOI como integrante da Rede Brasileira de História Pública⁴, pensado em torno da ideia de “atitude historiadora”. Noção que nos desafia a nos colocarmos diante do tempo, num movimento em que o tempo passado se calibra em relação ao presente tanto pela continuidade das práticas compartilhadas entre os grupos sociais, quanto pelas lentes da distância, diferença e descontinuidade que nos fazem olhar o passado com “olhos de madeira”⁵. Atitude que nos insere no fluxo temporal como agentes comprometidos com uma história, que se faz a cada dia por cada um, tecendo um amanhã coletivo.

1. Quando a memória faz a diferença

O tema da memória nas sociedades contemporâneas está estreitamente relacionado à entrada na cena pública de diferentes movimentos sociais que, desde finais dos anos 1960, reivindicavam para si uma nova pauta de direitos, inclusive o direito à memória. Não mais aquela memória associada aos processos de construção das identidades nacionais, mas, principalmente, uma memória pública que desse conta dos embates e confrontos das novas políticas de identidade no mundo pós-colonial, num sentido bem amplo, que incluísse as novas subjetividades que afrontavam o ideal de um mundo branco, masculino e ocidental⁶.

A ligação do LABHOI com a renovação dos estudos históricos a partir de meados dos anos 1960 é estreita, pois foi justamente nessa época que os estudos com diversas rubricas, mas que tinham em comum a marca da crítica às grandes narrativas, surgiram no horizonte historiográfico, dentre as quais se destacam a história que vem de baixo, a história das mulheres, das crianças, dos jovens, bem como temas como a loucura, a sexualidade, entre outros⁷. O passado não é mais um país estrangeiro a ser descoberto, mas um campo aberto a possibilidades interpretativas que demandam abordagens

2 Ana Maria Mauad, *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias* (Niterói: EDUFF, 2008), sobretudo a 1a parte, e Paulo Knauss, “O desafio de fazer História com imagens”. *ArtCultura* 8, n.º 12 (2006): 97-115.

3 Nora, *Les lieux*.

4 Sobre a criação e os fundamentos da rede de História Pública no Brasil acesse: “A Rede. Carta de fundação”, *Rede Brasileira de História pública*, <http://historiapublica.com.br/?page_id=520>.

5 Carlo Ginzburg, *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância* (São Paulo: Companhia das Letras, 2001).

6 Frederic Jameson, *Periodizar los 60* (Córdoba: Alción Editora, 1997).

7 Peter Burke, ed., *A escrita da história* (São Paulo: Editora UNESP, 1992).

transdisciplinares para serem concretizadas⁸. Como pode ser notado nas formas como os sujeitos individuais organizados coletivamente em comunidades de sentido realizam esse exercício de identificação por meio de uma experiência comum de passado —nesse contexto o conceito de memória e seus desdobramentos filosóficos ganham espaço nos estudos históricos.

No Brasil, a emergência do tema da memória está associada ao processo de redemocratização da sociedade brasileira dos anos 1980, quando entrou para a pauta de discussões dos diferentes grupos organizados. Nesse contexto, um amplo espectro de movimentos sociais (negros, mulheres, homossexuais, sem-teto, sem-terra, entre outros), partidos políticos, associações civis, e outros tantos, voltaram-se para a organização de sua memória. Multiplicaram-se casas, centros, institutos, consubstanciando-se, ao longo desses vinte anos que passaram, aquilo que o historiador francês Pierre Nora chamou de “memória-dever”⁹. Entretanto, tal fenômeno não se limita ao Brasil, e no caso do Cone Sul, ao menos mais dois processos históricos evidenciam um movimento no mesmo sentido, o caso argentino e o caso chileno. O que aproximou o estudo da memória nesses três países, sem dúvida, foram os períodos autoritários e a forma como a sociedade civil se relacionou com ele. Não nos aprofundaremos nesse estudo, mas queremos ressaltar o fato de que tanto no Brasil quanto na Argentina, mas com menos ênfase no Chile, as instituições universitárias assumem para si, a tarefa de organizar esse processo de rememoração historicamente por meio do recurso aos trabalhos de rememoração¹⁰.

Basta acompanhamos os relatos de experiência e balanços historiográficos sobre História Oral para percebermos como as ciências sociais sul-americanas, ao longo dos anos 1990, encamparam a memória como tema de estudo¹¹. No caso da história, esse processo se dá de forma original e variada, alimentando-se em grande medida das experiências provenientes de campos muito diferenciados. Estes englobam desde a história política, através dos relatos dos representantes das elites no poder, até as tendências mais radicais da história que vem de baixo, associada aos movimentos baseados em comunidade como *history work-shops* na Inglaterra e *Public History*, nos Estados Unidos e demais países de língua inglesa. No entanto, a forma como o campo da história oral é organizado no Cone Sul, notadamente no Brasil, com forte presença do meio universitário, não tem paralelo nos países norte-americanos e europeus, nos quais as iniciativas de História Oral partiram de iniciativas de agentes do poder político ou do movimento social¹². Nos casos sul-americanos, voltados para a produção de uma narrativa sobre a história do tempo presente, inacessível pelos arquivos do poder, e nas propostas radicais relacionadas a uma história dos que fizeram, mas não

8 David Lowenthal, *The Past is a Foreign Country* (Cambridge: University of Cambridge Press, 2005 [1985]), 185-259.

9 Nora, *Les lieux*.

10 Sobre o tema da memória no Cone Sul, Faride Zerán, *et al.*, *Encuentros con la memoria: archivos y debates de memoria y futuro* (Chile: LOM Ediciones, 2004), e Elizabeth Jelin, *Los trabajos de la memoria* (Lima: Instituto de Estudios Peruanos [IEP], 2012).

11 Dora Schwarzstein, “Por una historia sin adjetivos”. *Historia y fuente oral* 2, n.º 14 (1995): 39-50; Eugenia Meyer, “La historia oral en Latinoamérica y el Caribe”. *Historia y fuente oral* 1, n.º 5 (1991): 139-144; o dossiê publicado pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO), “Dossiê História oral, memória e democracia”. *História Oral* 15, n.º 2 (2012).

12 Para uma abordagem completa sobre história da História Oral no Brasil: Ricardo Santhiago, “Método, metodologia, campo: A trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil” (tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2013).

escreveram a história, a prática historiadora se confunde com a prática social. Isso porque se redefine o estatuto de objetividade científica por meio da produção de uma autoridade compartilhada entre sujeito e objeto do conhecimento, pois dividem e vivenciam a mesma condição de sujeitos da experiência histórica, como será detalhado adiante.

É nesse contexto de redefinições da legitimidade dos espaços de produção do conhecimento social que o Laboratório de História Oral e Imagem, o LABHOI, se inscreve. O Laboratório de História Oral e Imagem, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, foi criado em 1982, quando desenvolveu um projeto de pesquisa sobre História operária do Rio de Janeiro (Brasil), sob a coordenação das Profas. Dras. Eulália Lobo e Ismênia de Lima Martins. Esse projeto, que recebeu financiamento público, buscou localizar, identificar e organizar a documentação dos principais sindicatos do Estado do Rio de Janeiro. Durante o processo de pesquisa, as professoras se depararam com algumas ausências que foram superadas pelo recurso ao uso de entrevistas com antigos operários, suas famílias e comunidades de apoio. A pesquisa encontrou material fotográfico nos arquivos das fábricas, sindicatos e de posse das famílias, o que levou as pesquisadoras a refletir sobre os possíveis usos históricos desse tipo de documento¹³.

O projeto ensejou uma série de desdobramentos, entre os quais: publicação de livros e artigos; elaboração de dissertações de mestrado e teses de doutorado; formação de recursos humanos para a pesquisa e o ensino e, principalmente, fomentou proposição de estratégias para a organização de um arquivo de fontes orais. Nesse momento, o LABHOI caracterizou suas atividades pelo trabalho de produção e análise de fontes orais e localização e análise de fontes visuais, privilegiando a temática da história do cotidiano, integrada à perspectiva mais abrangente da social. No início dos anos 1980, a iniciativa do LABHOI pode ser classificada como pioneira na introdução de uma nova metodologia e na valorização do uso de fontes “não-tradicionalis” (orais e visuais), pois de forma alguma estava disseminado e legitimado, como hoje, tais alternativas para o trabalho historiográfico. Especialmente nos anos 1990, os projetos elaborados pelo LABHOI passariam a incorporar a problemática da memória social na constituição de seus objetos de estudo, o que implicou uma reviravolta teórico-metodológica em resposta às pressões da sua própria trajetória no campo de trabalho com narrativas pessoais¹⁴.

Na década de 1990, o LABHOI reestruturou sua forma de funcionamento concorrendo a editais das principais agências de fomento à pesquisa nacionais e internacionais. Em 1995, o LABHOI encaminhou seu primeiro projeto integrado de pesquisa ao CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa, órgão do ministério de Ciência e Tecnologia do governo brasileiro), cujo principal objetivo foi criar as bases efetivas para o funcionamento do núcleo como centro de documentação e pesquisa no âmbito do Departamento de História da UFF. Nesse sentido, o apoio financeiro então recebido, bem como as bolsas de produtividade em pesquisa, de iniciação científica e de apoio técnico desde então concedidas pelo CNPq e, também, os auxílios recebidos através de editais específicos —com destaque para o apoio através do Edital Universal 2001 e 2004— criaram as

13 “Entrevista com a professora Ismênia Martins”, por Ana Maria Mauad e Hebe Mattos, *Laboratório de História Oral e Imagem* (LABHOI), consultado em 25 de julho de 2017 <<http://www.labhoi.uff.br/node/1572>>.

14 Hebe Mattos, org., *História Oral e comunidades: reparações e culturas negras* (São Paulo: Letra e Voz, 2016); Ana Maria Mauad, org., *História Oral e mídia: memórias em movimento* (São Paulo: Letra e Voz, 2016); Juniele Rabelo de Almeida, org., *História Oral e movimento social: narrativas públicas* (São Paulo: Letra e Voz, 2016); Ricardo Santhiago, org., *História Oral e Arte: narração e criatividade* (São Paulo: Letra e Voz, 2016).

condições de infraestrutura e pessoal suficientes para o desenvolvimento das pesquisas e para o processamento e socialização do material produzido. O investimento público continuou por meio de projetos de pesquisa apoiados também pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), entre 2008 e 2017¹⁵.

Como resultado desse investimento público, o LABHOI tornou-se um lugar de referência para o uso das denominadas fontes de memória: escritas, orais e visuais e, dentro desse contexto metodológico, da discussão da problemática dos usos presentes do passado e do espaço que as narrativas conformadas pela memória social e pela historiografia têm ocupado nas sociedades contemporâneas. O lançamento do sítio *web* do LABHOI, em 2003, permitiu divulgar e potencializar nossa reflexão sobre a produção de fontes de memória e os usos do passado pela disciplina histórica. Desse modo, passaram a estar disponibilizados na *web*: catálogo do acervo de história oral, com 471 horas de depoimentos gravados; coleções de imagem digitais referidas às pesquisas desenvolvidas, reforçando o caráter de centro de referência do núcleo para localização e acesso de fontes visuais; publicações online de todo material produzido pelos pesquisadores e pesquisadoras do núcleo, além de referências completas das publicações do Laboratório e indicações sobre o andamento dos projetos dos diversos eixos de pesquisa desenvolvidos. Ampliou-se, assim, consideravelmente, a capacidade de divulgação da produção científica resultante da pesquisa dos integrantes do núcleo.

A abertura do sítio *web* permitiu ao LABHOI construir um novo patamar tecnológico para os projetos de documentação e pesquisa, em especial na área de digitalização de imagens e som e da produção audiovisual que respondesse às demandas historiográficas da pesquisa com fontes orais e visuais —iniciando-se, nesse momento, as discussões em torno daquilo que futuramente seria chamado de “escrita videográfica”, um neologismo que incorporaria as noções de vídeo à de historiografia, como será comentado adiante. Na primeira década do milênio, o LABHOI se consolidou como um dos importantes centros de referência para a História da África e da diáspora africana nas Américas, um núcleo para debates sobre história oral e história visual e práticas educativas sobre o tema da memória e os usos públicos do passado. Atualmente, o núcleo se organiza em torno de três linhas de pesquisa: Memória, Áfricas, Escravidão; Memória, Artes, Mídias; Memória, Cidade, Comunidades, que congregam docentes, pesquisadores associados e discentes de graduação e pós-graduação.

O breve relato da trajetória do grupo de pesquisa permite identificar que os projetos desenvolvidos no LABHOI têm como objetivo geral explorar temáticas que abarquem questões sobre os “usos” do passado na história, enfatizando a história da memória de grupos sociais ou de indivíduos, bem como a lógica da produção de registros visuais, orais e/ou escritos que se organizam para “fazer” história. Para a implementação desse objetivo geral, os pesquisadores do núcleo se debruçam sobre as múltiplas dimensões temporais da história, na sua relação com a memória social. As pesquisas desenvolvidas no âmbito do núcleo, além de compartilharem desse princípio teórico geral, orientam-se segundo princípios metodológicos adequados à guarda, sistematização, disponibilização e análise dos dados de pesquisa com fontes visuais e orais, utilizando-se para tanto do conceito de intertextualidade. Tal princípio orienta-se tanto por uma dimensão hermenêutica

15 Os processos e produtos associados a tais projetos podem ser conferidos no sítio *web* do *Laboratório de História Oral e Imagem* (LABHOI), <www.labhoi.uff.br>, na parte relacionada ao acervo de *História Oral* (<http://www.labhoi.uff.br/node/29>), no acervo de *História da Imagem* (<http://www.labhoi.uff.br/node/30>), nos *Vídeos* (<http://www.labhoi.uff.br/videos>) e plataformas associadas.

—responsável pela ampliação do universo da interpretação histórica— quanto pela dimensão de prática social, sujeita a disputas e conflitos, próprios aos trabalhos de memória.

No primeiro caso, a noção de intertextualidade implica na concepção de que a textualidade (produção textual como produção de sentido) de um período é composta por diferentes tipos de textos que se condicionam entre si. Portanto, um texto só pode ser lido à luz de outros. No entanto, não se trata de uma justaposição de textos, mas fundamentalmente da tentativa de recuperar a substância significativa que fornece sentido ao entrelace de imagens e palavras. Na sua segunda dimensão, o conceito de intertextualidade comprehende os textos históricos como campos de significação, resultantes de práticas sociais de produção sínica, envolvendo um processo contínuo de disputa pelos sentidos socialmente aceitos como válidos. Dessa forma, há que se considerar a lógica do relacionamento intertextual que é pautada pelas condições históricas dos sujeitos sociais produtores de textos e discursos. Assim, disputa e conflito social inscrevem-se na produção, circulação, consumo e, portanto, interpretação crítica dos textos sociais¹⁶.

2. História da memória e suas fontes

A memória é um tema para problematizar a relação passado e presente, cada vez mais disputada e frequentada por profissionais de diferentes formações, acadêmicas ou não, como historiadores, cientistas sociais, jornalistas, fotógrafos, literatos, etc. De forma singular, entre todos eles, o historiador é o responsável por um trabalho de crítica da memória, condição necessária para certo tipo de interpretação da narrativa memorialística e sua interlocução com o campo historiográfico. É desse ponto de vista, não exclusivista, mas particular, que o LABHOI vem pensando o lugar dos estudos sobre a memória na historiografia brasileira, propondo-se, a desenvolver reflexões sobre as relações entre a produção de memória e a construção do conhecimento histórico.

As relações entre memória e história têm sido o cerne dos projetos de pesquisa desenvolvidos no LABHOI, ao longo desses 35 anos, entendendo-se que o historiador é responsável por um tipo de narrativa e conhecimento específicos, críticos e controlados academicamente. Assim, o conhecimento histórico produzido sobre o passado —categoria sempre definida e reconstruída como objeto— tem, na própria produção de memórias, uma de suas fontes e também um de seus objetos privilegiados. Por essa razão, os estudos promovidos no âmbito do LABHOI têm como objetivo geral explorar temáticas que abarquem questões sobre os “usos” do passado na história. E assim enfatizar a história da memória de grupos sociais ou de indivíduos, bem como a lógica da produção de registros visuais, orais e/ou escritos que se organizam para “fazer” história.

De fato, a partir das atividades desenvolvidas no campo dos vários “Projetos Integrados” implementados no LABHOI, tornamo-nos um lugar de referência para o uso das chamadas “fontes de memória”, escritas, orais e audiovisuais. Dentro desse contexto, a discussão da problemática dos usos do passado e do lugar da narrativa histórica foi ganhando espaço nas produções realizadas pelo Laboratório. Cabe ressaltar, neste ponto, que todo o debate em torno do retorno da narrativa implica necessariamente uma mudança no estatuto da história como forma de conhecimento que se

16 Sobre o conceito de intertextualidade: Umberto Eco, *Conceito de texto* (São Paulo: Edusp, 1984).

redefine em termos de construção do objeto e escolha das fontes. Daí a necessidade de reconhecer a importância que uma narrativa histórica renovada tem ocupado nas sociedades contemporâneas¹⁷.

Em um texto publicado em 1992, com o título: “História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”, o historiador Ulpiano Bezerra de Meneses produz uma imagem do campo de estudos sobre a memória que revela justamente esse impacto do tema na sociedade brasileira em fase de consolidação do regime democrático, além de fornecer importantes subsídios para o seu tratamento. Da rica reflexão de Meneses se enfatiza a diferença fundamental entre os dois domínios, o da memória e o da história, nas suas palavras:

“A memória, como construção social é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é a forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e intercâmbio social. [...] a História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar a sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História”¹⁸.

É possível notar que existia uma preocupação que denotava claramente o papel desempenhado pela apropriação do passado na construção das identidades sociais. Paralelamente, refletia a salutar emergência da consciência política, ao mesmo tempo em que organizava e conservava indicadores empíricos, preciosos para o conhecimento de fenômenos relevantes e merecedores de uma análise histórica mais detida. No entanto, é necessário ultrapassar os limites do senso comum do qual a memória emerge e encontra sua inspiração primeira, abrindo caminho para a avaliação crítica da história.

A noção de memória social se destaca nos estudos históricos, pois ela valoriza as disputas em torno do passado, as condições de rememoração e os processos nos quais o passado é chamado a ocupar um papel fundamental. Assim, a noção de memória social fornece complexidade à noção de memória coletiva, na medida em que objetiva a dimensão de lugar onde essa memória é gerada. Nada surge espontaneamente, existe um processo social através do qual essas memórias são operadas, para fornecer sentido e espessura às experiências coletivas passadas¹⁹. Merece destaque, no debate sobre memória social, o conceito de “geração” para se trabalhar com essa identidade social multipla, pois permite associar um conjunto de representações e comportamentos de certa época a um conjunto de sujeitos sociais que os compartilham e experienciam. O que define a geração não é, simplesmente, a faixa etária dos indivíduos, mas a experiência social compartilhada que cria uma narrativa do vivido nos processos de rememoração ou de enquadramento da memória²⁰.

Nesse sentido, propor uma história da memória, do ponto de vista da trajetória dos projetos do LABHOI, implica, sobretudo, em avaliar as perspectivas de interação entre fontes orais e visuais

17 Lawrence Stone, “The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History”. *Past & Present* n.º 85 (1979): 3-24.

18 Ulpiano Bezerra de Meneses, “História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n.º 34 (1992): 9-24.

19 Paul Connerton, *How Societies Remember* (Cambridge: University of Cambridge Press, 1989).

20 Jean-François Sirinelli, “A geração”, em *Usos e abusos da história oral*, editado por Marieta Ferreira, Janaína Amado, Alessandro Portelli (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Ed., 1996), 131-138.

e de tomar a memória como objeto da história. Segundo Pierre Nora, a memória é “o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada, por uma coletividade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado”²¹. São essas recordações que têm sido convertidas em fontes históricas por meio de diferentes metodologias de registro. Em pleno século XXI, somos sociedades dotadas não apenas de uma única forma comunicativa —a linguagem verbal—, mas de um conjunto incomensurável de imagens e sons que devem ser entendidos como textos, a serem aprendidos e manejados pelos seres humanos.

As linguagens e formas de comunicação humanas devem ser analisadas do ponto de vista de uma intertextualidade que as perpassa, associando-as entre si, como base da experiência humana. Ressalta-se que a noção de intertextualidade não é uma mera associação formal, mas a condição básica que atribui sentido a tais textos, o que resulta do fato de estarem todos eles referidos a grupos sociais específicos que interagem na dinâmica histórica. Guardados esses cuidados, a problemática da história da memória deve ser compreendida a partir dos estudos dos suportes, agentes e representações que conformam a dinâmica das memórias sociais. Nesse sentido, há que se estabelecer os princípios conceituais que orientam a organização da memória de um grupo social em um processo de rememoração motivado pela pesquisa acadêmica, numa temporalidade sempre plural²².

Compreende-se, assim, a existência de memórias produzidas historicamente pelo grupo na sua experiência social, voltadas para a elaboração de um conjunto variado de representações sobre o seu passado com vistas a se posicionar face ao futuro. Tais representações só podem ser acessadas através dos suportes, vetores e registros nos quais as lembranças das experiências deixaram seus rastros, motivadas pela rememoração provocada ou, ainda, avivada pela tradição oral, musical e corporal. Os agentes da memória são, dentro dessa lógica, todos os sujeitos comprometidos com a construção e manutenção dos princípios de sobrevivência do grupo social. Nesse sentido, propõe-se uma conceituação específica para as fontes associadas à construção historiográfica da memória —as chamadas “fontes de memória”.

Paul Connerton conceitua a memória social como um processo de apropriação do passado vivido cuja inscrição no tempo se processa tanto pela tradição textual, quanto através das formas de conduta corporal²³. Texto (nas suas diferentes formas de enunciação) e *performance* (nas suas diferentes formas de atuação) estão na base da organização das sociedades históricas e fornecem sentido e orientação para os comportamentos humanos, em constante mudança, embora de forma quase imperceptível. O autor reconhece a importância das formas de inscrição textual, mas sua obra é voltada para a análise dos rituais e comemorações nos quais a memória corporal se revela.

As considerações de Connerton nos interessam, especialmente, por ampliarem as situações e suportes nos quais a memória social se manifesta, identificando-se, aí, aquilo que denominamos “fontes de memória”. Portanto, inclui-se, nessa noção, um conjunto de possibilidades de reconhecimento do trabalho de rememoração, entre as quais, as práticas corporais, sensuais e afetivas em situações comemorativas, cotidianas, motivadas ou espontâneas. Nesse caso, as formas de registrar essa dimensão performática da memória, ou ainda de produzir fontes de memória, implica na incorporação no processo de pesquisa de estratégias heurísticas adequadas a essa nova dimensão

21 Nora, *Les lieux*, 3.

22 Ana Mauad e Fernando Dumas, “Fontes orais e visuais na pesquisa histórica”, em *Introdução à história pública*, editado por Juniele Rabélo de Almeida e Martha Gouveia de Oliveira Rovai (São Paulo: Letra e Voz, 2011), 81-95.

23 Connerton, *How Societies*.

hermenêutica da memória. O registro sonoro, visual e audiovisual torna-se quase imperativo, bem como o estabelecimento de princípios de interpretação que considerem as condições de produção, circulação e agenciamento dos registros resultantes da pesquisa.

As fontes de memória são, portanto, registros resultantes de experiência humana específica: aquela que envolve uma trama de tempos que ligam o passado ao futuro. A fotografia, por exemplo, é uma imagem-memória produzida por um recurso técnico que se aperfeiçoou na busca de registrar com fidelidade aquilo que um dia seria necessário relembrar. Quando integrada às temáticas históricas, a análise da imagem fotográfica implica na redefinição das etapas heurísticas da pesquisa, o que orienta o trabalho de sistematização dos dados de forma a recuperar os caminhos pelos quais a imagem foi produzida, ganhou circulação e foi recebida e apropriada por diferentes grupos sociais. Cada tipo de fotografia possui um circuito social distinto agregado, em grande medida, aos meios sociais que a produziu. Tal característica determina tanto os demais textos, que interagem com a fotografia no processo de contínuo de dar sentido ao mundo visível, quanto à forma de subverter os sentidos pela experimentação estética²⁴.

Por outro lado, a própria narrativa histórica orientada pelo uso de fontes orais, quer como fonte de dados ou como objeto de estudo (ou ainda ocupando ambas as funções), transforma-se, inserindo no seu discurso elementos do processo de rememoração. Nesse caso, reforça-se a relação entre passado e futuro como temporalidades históricas que determinam uma dialética própria ao tempo-presente. Pois se este é marcado pela precariedade de experiências fugazes, é o esforço de rememoração que garante sua permanência para posteridade.

Em ambos os casos, as fontes de memória recorrem a uma intertextualidade complexa para sua interpretação, pois se inscrevem no fluxo contínuo da produção de sentido social pelas sociedades históricas. Assim, o uso de fontes orais e visuais na produção do texto histórico impõe ao historiador outro desafio que, aos poucos, vai sendo enfrentado: o uso de outras linguagens para compor uma nova narrativa histórica que dê conta da dimensão intertextual estabelecida entre palavras e imagens. Em primeiro lugar, há que precisar como essa relação se fundamenta no trabalho de pesquisa histórica. Assim as fontes orais e visuais —fotográficas, filmicas e pictóricas, tomadas como fontes de memória—, associam-se aos processos de rememoração que criam narrativas sobre um determinado tempo e espaço passados. Aqui é importante diferenciar o circuito de produção da fonte de memória pelo arquivo.

No caso da fonte oral, ela é resultante de uma situação de entrevista na qual pesquisador e entrevistado vivenciam um processo de construção de memórias mediante uma negociação. Nessa transação, cabem alguns aspectos importantes que devem ser apontados: a competência do pesquisador que se apresenta como detentor de um saber consolidado e específico e a competência do entrevistado que detém o conhecimento da experiência vivida. A forma como essa situação se resolve na produção da fonte histórica está relacionada a um contrato social que define o espaço social da universidade como legitimador da experiência histórica por um lado, e por outro, que reconhece a legitimidade da prática social como conhecimento histórico.

24 Mirian Moreira Leite, *Retratos de Família* (São Paulo: Edusp, 1991); Ana Maria Mauad, *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias* (Niterói: EDUFF, 2008); Natalia Fortuny, *Memorias fotográficas: imagen y dictadura en la fotografía argentina contemporánea* (Buenos Aires: La Luminosa, 2014); Jordana Blejmar, Natalia Fortuny y Luis Ignacio García, eds., *Instantáneas de la memoria: fotografía y dictadura en Argentina y América Latina* (Buenos Aires: Libraría, 2013).

Somente a crença na legitimidade social dessas instâncias possibilitará a produção de um conhecimento intersubjetivo²⁵.

No caso da fonte visual há que se estabelecer uma diferenciação, quando a fonte é produzida na pesquisa de campo, filmagens e fotografias que serão posteriormente relacionadas à situação das entrevistas num texto próprio; ou quando a fonte visual é proveniente de um arquivo privado ou público, e passa a integrar a pesquisa como fonte para o estudo dos comportamentos e representações sociais relativas às memórias de grupos sociais. No primeiro caso, o produto resultante da pesquisa definirá os usos e funções da imagem produzida; já no segundo, compete entender o circuito social da imagem analisada em termos de produção, circulação, consumo e seu agenciamento pela própria memória arquivística ou dos seus próprios produtores e guardiões.

Essa diferenciação orienta a forma como as fontes visuais interagem com as fontes orais nos diferentes trabalhos do LABHOI. Caberia aqui uma breve avaliação do uso comprobatório, ilustrativo, hermenêutico, ou ainda, iconológico ou semiótico das imagens visuais nos textos históricos, mas não nos aprofundemos nessa digressão. O que importa de fato, para os objetivos deste texto, é indicar que a base da interação entre palavras e imagens no trabalho do LABHOI apoia-se na concepção de “texto videográfico”. Um termo em grande medida criado para sairmos dos debates sobre documentário cinematográfico, e valorizarmos a necessidade de divulgar o trabalho acadêmico num suporte alternativo ao papel e com uma linguagem atualizada, bem como para termos um produto que possa ser retornado ao entrevistado como resultado de um trabalho de produção de sentido (dentro dos protocolos da produção de fontes orais está previsto oferecer ao entrevistado uma forma de objetivação do tempo cedido na entrevista)²⁶.

A “escrita videográfica” é a denominação que, em nossa discussões no LABHOI, integra atualmente o uso das fontes visuais —pictórica, filmica e fotográfica. A “escrita videográfica” como resultado da pesquisa histórica implica na elaboração de um novo tipo de texto histórico que considere na sua produção a natureza do tipo de enunciação da fonte trabalhada. Assim, as fontes orais, visuais e sonoras, para serem objeto de reflexão historiográfica e comporem o texto histórico, devem ter sua substância de expressão preservada. As estratégias de elaboração dessa nova modalidade de escrita da história contam com a ampliação do diálogo entre conhecimento histórico e produção audiovisual, por meio do trabalho em parceria de historiadores e profissionais de cinema. Trabalho no qual cada um colabora com o seu conhecimento e experiência numa produção coletiva que congrega as competências individuais. Essa perspectiva enseja atualmente no LABHOI o uso de uma plataforma de produção, circulação e agenciamento de vídeo-histórias que podem ser acessadas através de seu canal do UFFTube²⁷.

25 “Arquivo sonoro”, *Laboratório de História Oral e Imagem* (LABHOI), <<http://www.labhoi.uff.br/arquivo-sonoro>>.

26 Ana Maria Mauad, “Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico Milton Gurin em três tempos (LABHOI, 2010)”. *História Oral* 1 (2010): 141-151; Ana Maria Mauad e Paulo Knauss, “Memória em movimento: A experiência videográfica do LABHOI”. *História Oral* 9 (2006): 143-58.

27 “Vídeos”, LABHOI.

3. Por uma atitude historiadora

Uma história da memória se desenvolve por meio de seus diferentes sistemas, suportes, agentes e da sua relação com os processos socioculturais, relaciona-se diretamente ao aprofundamento da discussão sobre uma sociedade democrática. Numa dinâmica em que diferentes registros da experiência social passam por mediações cada vez mais complexas, num movimento que pode levar tanto à fragmentação das identidades sociais²⁸, quanto à retomada da posse da palavra²⁹ e da imagem pelos sujeitos históricos nos trabalhos de autoridade compartilhada³⁰. Esses dois movimentos, a posse da palavra e o compartilhamento da autoridade, vêm aos poucos ganhando destaque no campo dos estudos da história da memória, sobretudo quando problematizados à luz dos debates sobre história pública no Brasil.

A posse da palavra, ou no título original, *La prise de parole et autres écrits politiques*, diz respeito a um conjunto de textos produzidos pelo historiador francês Michel de Certeau, a propósito da experiência de maio de 1968, em Paris, vivida e refletida por Certeau como um lugar de lutas simbólicas sob o efeito da força revolucionária das palavras. Nesse tempo/espacço redefine-se a posse da palavra:

“A palavra, convertida em um ‘lugar simbólico’, assinala o espaço criado pela distância que separa os representados de suas representações, os membros de uma sociedade e as modalidades de sua associação. É ao mesmo tempo o essencial e o nada, posto que anuncia um deslocamento na profundidade das mudanças e um vazio, um desacordo, aí mesmo de onde os aparatos deveriam articular-se sobre o que pretendem expressar. Se sai das estruturas, mas para lhes indicar o que falta, a saber a adesão e a participação dos submetidos. De mesma forma que sucede ao tomarmos consciência, tomar a palavra não significa uma ocupação efetiva tampouco a tomada do poder. Ao denunciar a sua falta, a palavra remete a um trabalho. É, por excelência, uma ação simbólica, reveladora de um esforço que interessa hoje a totalidade do nosso sistema. Acreditarmos na sua auto eficácia seria tomá-la por uma coisa e, por uma espécie de magia, pretender aprisionar as forças com palavras, substituir com falação o trabalho. Se concluíssemos que isso é insignificante, seria perder o sentido, substituir por um mecanismo um sistema de relações e supor finalmente que uma sociedade pode funcionar sem o homem. As reflexões seguintes nasceram da convicção de que a palavra revolucionária de maio último, ação simbólica, abre um processo de linguagem e exige uma revisão global de nosso sistema cultural. [...] Solidário com o que significava e me ensinava uma ‘palavra’ tão fundamental, não podia pensar, nem acreditar que poderia ter estado exilada nos limites do país, prisioneira de si mesma ao mesmo tempo que presa; sua ausência condenaria a morte a sociedade que a rejeitava. Um cisma entre a irredutibilidade da consciência e a objetividade das instituições sociais me parecia ao mesmo tempo o fato denunciado e o inaceitável, quer dizer, como problema presente no pensamento e na ação. Ao desafio que, em maio passado, deflagrou uma situação ‘ilegítima’, responde hoje uma aposta que se pode ganhar”³¹.

28 Néstor García Canclini, *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995).

29 Michel de Certeau, *La toma de la palabra y otros escritos políticos*. Volumen 2. Historia y Grafía (México: Universidad Iberoamericana, 1995).

30 Michael Frisch, *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History* (New York: State University of New York Press, 1990).

31 Certeau, *La toma*, 36-37.

A extensão política da posse da palavra em maio de 1968 foi comparada pelo historiador francês com a própria tomada da Bastilha em 1789³². O mundo ao ser colocado de ponta cabeça pela palavra revolucionada redefiniu as ordens dos discursos de autoridade e os lugares de enunciação dos saberes. O corolário desse processo envolve uma nova compreensão da linguagem, agora agregada ao seu valor de trabalho. Essa virada nos possibilita questionar as tradicionais atitudes de dar a voz e de conceder a palavra, recolocando a autoridade pesquisadora face a face ao sujeito do enunciado, o que possui a palavra.

As implicações dessa (im)postura para a prática da história oral associam-se à ideia de autoridade compartilhada. Isso porque se redefine o estatuto de objetividade científica por meio da produção de uma autoridade compartilhada, nos termos do historiador americano Michael Frisch³³, entre sujeito e objeto do conhecimento, pois dividem e vivenciam a mesma condição de sujeitos da experiência histórica. Nesse aspecto se define a estreita relação entre história oral e história pública, como reflete Frisch, ao comentar uma situação vivida por ele, em 2002, no encontro anual da Oral History Association:

“Sharing authority era o título do fórum, com a implicação de que compartilhar a autoridade é uma boa ação, então façamos isso cada vez mais. Pedi aos leitores do Oral History Review que atentassem para o fato de que meu livro, na verdade, não se chamava ‘Sharing Authority’ [compartilhando autoridade], mas ‘A Shared Authority’ [autoridade compartilhada]. A diferença que eu tinha em mente era essa: Sharing Authority sugere algo que nós é que fazemos ou deveríamos fazer —que ‘nós’ temos a autoridade, e que nós devemos ou deveríamos dividi-la com os outros. Em oposição, A Shared Authority sugere algo que é, que na natureza da história oral e da história pública nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhados. Até onde entendo, nós simplesmente não temos a autoridade para sair distribuindo por aí. Assim, argumentei, somos convocados nem tanto para ‘compartilhar autoridade’, mas para respeitar e atender a esta qualidade intrínseca. Em uma entrevista de história oral, em uma discussão de grupo ou em um programa público, mesmo no modo como os indivíduos se aproximam, se envolvem ou recebem uma exposição em um museu, há um encontro de ideias e estruturas interpretativas, um diálogo entre *expertise* e experiência”³⁴.

O que, de fato, está em jogo nessa perspectiva de estudo, apoiada na associação entre o movimento de posse da palavra e da autoridade compartilhada, é que a prática historiadora se alie à prática social na produção de um conhecimento intersubjetivo e reconhecido como válido pelos sujeitos históricos, desenvolvendo aquilo que atualmente propomos como “atitude historiadora”. Tal postura associa-se a uma tomada de posição face aos usos públicos do passado pelos diferentes agentes sociais e da configuração de uma história pública atualmente no Brasil. O que implica em discutir o passado como tema de diferentes escritas da história, bem como a história e seus

32 Certeau, *La toma*, 39.

33 Frisch, *A Shared Authority*.

34 Michael Frisch, “A História Pública não é uma via de mão única, ou de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa”, em *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*, editado por Ana Mauad, et al. (São Paulo: Letra & Voz, 2016), 60.

públicos (não acadêmicos), remetendo-nos para a dimensão pública das narrativas em que se traduzem experiências coletivas sobre passados comuns.

Em diferentes instâncias da vida social é possível assumir uma atitude historiadora. De que se trata tal atitude? De indagar o passado como uma das dimensões do terreno poroso do presente onde residem as tradições, os comportamentos residuais, mas de onde, quando problematizado, emerge um conhecimento crítico que nos impele à ação. Nessa atitude reconhece-se aquilo que Benjamin identifica nas teses de história como o “relâmpago”, o que ilumina³⁵. Anacronicamente, o passado torna-se presente quando enfrentamos a percepção de que a matéria pretérita pode ser continuamente reapropriada como matéria de imaginação. Assim, ao assumirmos uma atitude historiadora lançamo-nos para o tempo passado e com “olhos de madeira”³⁶ reconhecemos nele as possibilidades de futuro, num movimento de distanciamento e aproximação.

4. Passados-presentes, um exemplo para concluir

O exercício de projetar a trajetória de um espaço profissional, sem dúvida, tem um apelo à “ego-história”³⁷. O que não teria sentido, se a título de conclusão, não convocasse um exemplo de um de nossos projetos para dimensionar o que, atualmente, é reconhecido como “atitude historiadora”. Trata-se do projeto de pesquisa desenvolvido pelas professoras Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Grinberg, intitulado “Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil”³⁸, inserido no projeto temático do LABHOI, sob o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ Temáticos, 2013-2017), denominado “História Pública, Memória e Escravidão Atlântica no Rio de Janeiro”, sob minha coordenação.

A história dessa pesquisa remonta aos trabalhos de Hebe Mattos, que se debruçou sobre a memória do cativeiro com base em entrevistas produzidas com afrodescendentes, arquivadas e novas, que passaram a ser realizadas no âmbito do projeto “Memórias do Cativeiro: família, trabalho e cidadania”, que resultou na obra de mesmo nome, lançada em 2005, em parceria com a historiadora Ana Lugão³⁹. Indagava-se sobre o porquê da memória da escravidão ter permanecido, por tanto tempo, subterrânea sem um trabalho específico de reconstrução:

“A primeira pergunta que se impunha era por que este tipo de trabalho [de história oral sobre a escravidão] só começou a ser desenvolvido nos últimos vinte anos. Como foi possível que perdêssemos a oportunidade de registrar para a posteridade a fala e a memória de milhares de ex-escravos brasileiros ainda vivos e lúcidos durante toda a primeira metade do século XX? Não foi por falta de historiadores, antropólogos ou folcloristas interessados no tema. Muito se produziu nesses campos sobre “o negro no Brasil”, especialmente desde a década de 1930, mas pouco sobre os últimos escravos e a experiência da escravidão e da libertação”⁴⁰.

35 Flávio Kothe, ed., *Walter Benjamin. Teses sobre filosofia da História* (São Paulo: Ática, 1985), 153-165.

36 Ginzburg, *Olhos de madeira*.

37 George Duby, et al., *Ensaios de ego-história* (Lisboa: Edições 70, 1989).

38 “Página inicial”, *Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil*, consultado em 25 de julho de 2017, <<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>>.

39 Ana Lugão e Hebe Mattos, *Memórias do Cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005).

40 Lugão e Mattos, *Memórias*, 30.

A resposta a essa questão remete-se à atualização dos estudos sobre escravidão inscritos na renovação historiográfica promovida pela leitura a contrapelo dos arquivos cartoriais à luz das questões levantadas pela reestruturação do conceito de “classe” e “costume”, através das leituras de Edward Palmer Thompson⁴¹, pela aproximação dos conceitos antropológicos de “parentesco” e por uma profunda discussão sobre racialização no Brasil⁴². Nesse sentido, o trabalho das historiadoras investia na premissa básica do LABHOI de tomar a prática historiadora como prática social, abrindo caminho para um conjunto de importantes desdobramentos relacionados à perspectiva da autoridade compartilhada com grupos sociais.

Esse investimento responderia a uma demanda reprimida e ensejou uma explosão de cultura memorial quando as condições para tanto estavam dadas. O projeto, por exemplo, chegou a atrair a atenção da Fundação Palmares (que encomendou um relatório sobre uma comunidade quilombola) e do programa de patrocínio cultural da Petrobrás, que financiou a constituição de um acervo de entrevistas e de um filme que sucedeu outros três. No ano de 2011, os quatro projetos foram lançados pelo LABHOI como uma coletânea fílmica que explora esse acervo conforme recortes diferentes: *Memórias do cativeiro* (2005), *Jongos, calangos e folias: Música negra, memória e poesia* (2007), *Versos e cacetes: O Jogo do Pau na cultura afro-fluminense* (2009) e *Passados presentes: Memória negra no sul fluminense* (2011)⁴³.

Em 2014, inicia-se o trabalho de organização do “Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil”, coordenado pelo Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Comitê Científico Internacional do Projeto da UNESCO “Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade”, coordenado pelo antropólogo Milton Guran. O “Inventário” reúne 100 lugares de memória e foi construído a partir da indicação e contribuição de diversos historiadores, antropólogos e geógrafos do país, após consultas e intensa trocas de informações⁴⁴.

Do desdoblamento do “Inventário” surge a plataforma digital “Passados Presentes” que organiza e disponibiliza em forma de banco de dados, informações sobre lugares de memória da escravidão no Brasil, acrescidas de verbetes sobre o patrimônio imaterial do estado do Rio de Janeiro, tais como rodas de capoeira, grupos de jongo e quilombos. Informações sobre outras regiões serão adicionadas à medida que pesquisas e parcerias forem realizadas. A iniciativa também gerou o desenvolvimento do aplicativo para celular com quatro roteiros: a antiga “Pequena África”, na região portuária da cidade do Rio de Janeiro, no entorno do Cais do Valongo, principal porto negreiro das Américas e eleito Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em julho de 2017; o

41 Edward Palmer Thompson, *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* (São Paulo: Companhia das Letras, 1998).

42 Lugão e Mattos, *Memórias*, 30-31; Angela de Castro Gomes, “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980”. *Estudos Históricos* n.º 34 (2004): 157-86.

43 Os seguintes documentários podem ser consultados: Hebe Mattos, Martha Abreu, Guilherme Fernandez e Isabel Castro, *Memórias do cativeiro* (2005); Hebe Mattos e Martha Abreu, *Jongos, calangos e folias: Música negra, memória e poesia* (2007); Matthias Assunção e Hebe Mattos, *Versos e cacetes: O Jogo do Pau na cultura afro-fluminense* (2009); Hebe Mattos e Martha Abreu, *Passados presentes: Memória negra no sul fluminense* (2011), em “Vídeos”, *Laboratório de História Oral e Imagem* (LABHOI), <<http://www.labhoi.uff.br/videos>>.

44 “Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil”, *Laboratório de História Oral e Imagem* (LABHOI), consultado em 25 de julho de 2017, <<http://www.labhoi.uff.br/memoriadotrafico>>.

Parque das Ruínas de São José do Pinheiro (Pinheiral); o quilombo São José (Valença) e o quilombo do Bracuí (Angra dos Reis), em parceria com as comunidades quilombolas e jongueiras. Essas ações vêm estimulando iniciativas de economia sustentável entre os descendentes da última geração de africanos escravizados no Brasil⁴⁵.

Observa-se, finalmente, que esse trabalho e seus desdobramentos, podem ser tomados como um dos mais bem-acabados exemplos daquilo que denominamos de “atitude historiadora”, por colocar em evidência a própria evidência histórica e envolver os agentes históricos na produção de narrativas (audiovisuais) sobre o seu passado. Dessa forma, efetivou uma história pública em sentido pleno: na resposta a demandas públicas, na publicização de resultados de pesquisas, na transposição de uma operação historiográfica para o campo dos produtos culturais de destinação pública, e mesmo em uma ação do historiador na esfera das políticas públicas que extrapola a própria duração do projeto fomentando o engajamento das comunidades na construção de uma narrativa compartilhada de passados possíveis⁴⁶.

Bibliografia

Fontes primárias

Entrevistas:

1. “Entrevista com a professora Ismênia Martins”. Ana Maria Mauad e Hebe Mattos. *Laboratório de História Oral e Imagem* (LABHOI). <<http://www.labhoi.uff.br/node/1572>>.

Sítios na internet:

2. “A Rede. Carta de fundação”. *Rede Brasileira de História pública*. <<http://historiapublica.com.br/>>.
3. “Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil”. *Laboratório de História Oral e Imagem* (LABHOI). <<http://www.labhoi.uff.br/memoriadotrafico>>.
4. “Página inicial”. *Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil*. <<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>>.
5. “Vídeos”. *Laboratório de História Oral e Imagem* (LABHOI). <<http://www.labhoi.uff.br/videos>>.

Audiovisual:

6. Assunção, Matthias e Hebe Mattos, diretores. *Versos e cacetes: O Jogo do Pau na cultura afro-fluminense*, 2009.
7. Mattos, Hebe e Martha Abreu, diretores. *Jongos, calangos e folias: Música negra, memória e poesia*, 2007.
8. Mattos, Hebe e Martha Abreu, diretores. *Passados presentes: Memória negra no sul fluminense*, 2011.
9. Mattos, Hebe, Martha Abreu, Guilherme Fernandez e Isabel Castro, diretores. *Memórias do cativeiro*, 2005.

45 “Página inicial”.

46 Agradeço a Ricardo Santiago a chave de leitura proposta para sobre esse investimento, “Método, metodologia, campo”.

Fontes secundárias

10. Associação Brasileira de História Oral (ABHO). “Dossiê História oral, memória e democracia”. *História Oral* 15, n.º 2 (2012).
11. Blejmar, Jordana, Natalia Fortuny e Luis Ignácio Garcia, editores. *Instantáneas de la memoria: fotografía y dictadura en Argentina y América Latina*. Buenos Aires: Libraria, 2013.
12. Burke, Peter, editor. *A escrita da história*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
13. Castro Gomes, Angela de. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980”. *Estudos Históricos* n.º 34 (2004): 157-86.
14. Certeau, Michel de. *La toma de la palabra y otros escritos políticos. Volumen 2. Historia y Grafía*. México: Universidad Iberoamericana, 1995.
15. Connerton, Paul. *How Societies Remember*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1989.
16. Duby, George, Jacques Le Goff, Pierre Chaunu e Pierre Nora. *Ensaios de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989.
17. Eco, Umberto. *Conceito de texto*. São Paulo: Edusp, 1984.
18. Ferreira, Marieta, Janaína Amado e Alessandro Portelli, organizadores. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Ed., 1996.
19. Fortuny, Natalia. *Memorias fotográficas: imagen y dictadura en la fotografía argentina contemporánea*. Buenos Aires: La Luminosa, 2014.
20. Frisch, Michael. “A História Pública não é uma via de mão única, ou de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa”. Em *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*, editado por Ana Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra & Voz, 2016, 60.
21. Frisch, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. New York: State University of New York Press, 1990.
22. García Canclini, Néstor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
23. Ginzburg, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.
24. Jameson, Frederic. *Periodizar los 60*. Córdoba: Alción Editora, 1997.
25. Jelin, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos [IEP], 2012.
26. Knauss, Paulo. “O desafio de fazer História com imagens”. *ArtCultura* 8, n.º 12 (2006): 97-115.
27. Kothe, Flavio, editor. *Walter Benjamin, Teses sobre filosofia da História*. São Paulo: Ática, 1985.
28. Leite, Mirian Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp, 1991.
29. Lowenthal, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: University of Cambridge Press, 2005 [1985], 185-259.
30. Lugão, Ana e Hebe Mattos. *Memórias do Cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
31. Mattos, Hebe organizadora. *História Oral e comunidades: reparações e culturas negras*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
32. Mauad, Ana Maria e Fernando Dumas. “Fontes orais e visuais na pesquisa histórica”. Em *Introdução à história pública*, editado por Juniele Rabêlo de Almeida e Martha Gouveia de Oliveira Rovai. São Paulo: Letra e Voz, 2011, 81-95.
33. Mauad, Ana Maria e Paulo Knauss. “Memória em movimento: A experiência videográfica do LABHOI”. *História Oral* 9 (2006): 143-58.

34. Mauad, Ana Maria, organizadora. *História Oral e mídia: memórias em movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
35. Mauad, Ana Maria. “Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico Milton Guran em três tempos (LABHOI, 2010)”. *História Oral* 1 (2010): 141-151.
36. Mauad, Ana Maria. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: EDUFF, 2008.
37. Meneses, Ulpiano Bezerra de. “História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n.º 34 (1992): 9-24.
38. Meyer, Eugenia. “La historia oral en Latinoamérica y el Caribe”. *Historia y fuente oral* 1, n.º 5 (1991): 139-144.
39. Nora, Pierre. *Les lieux des mémoire*, volumes 1-4. Paris: Gallimard, 1984.
40. Passerini, Luisa. *História Oral: a memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
41. Patai, Daphne. *História Oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
42. Pollack, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos* 5, n.º 10 (1992): 200-212.
43. Pollack, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos* 2, n.º 3 (1989): 4-15.
44. Portelli, Alessandro. *Ensaios sobre História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
45. Portelli, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
46. Rabêlo de Almeida, Juniele, organizadora. *História Oral e movimento social: narrativas públicas*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
47. Rousso, Henry. “A memória não é mais o que era”. Em *Usos e abusos da história oral*, organizado por Marieta Ferreira, Janaína Amado e Alessandro Portelli. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Ed., 1996, 93-102.
48. Santhiago, Ricardo. *Método, metodologia, campo: A trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.
49. Santhiago, Ricardo, organizador. *História Oral e arte: narração e criatividade*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
50. Schwarzstein, Dora. “Por una historia sin adjetivos”. *Historia y fuente oral* 2, n.º 14 (1995): 39-50.
51. Sirinelli, Jean-François. “A geração”. Em *Usos e abusos da história oral*, organizado por Marieta Ferreira, Janaína Amado e Alessandro Portelli. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Ed., 1996, 131-138.
52. Smith, Richard Cândida. *Circuitos de subjetividade: História Oral, acervo e artes*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
53. Stone, Lawrence. “The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History”. *Past & Present* n.º 85 (1979): 3-24.
54. Thompson, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
55. Zerán, Faride, Garretón Manuel Antonio, Sergio Campos e Carmen Garretón. *Encuentros con la memoria: archivos y debates de memoria y futuro*. Chile: LOM Ediciones, 2004.



Ana Maria Mauad

Professora titular do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (Brasil), pesquisadora do *Laboratório de História Oral e Imagem* desta mesma universidade, pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq-Brasil), cientista do *Nosso Estado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro* (Brasil); pesquisadora na Cátedra Celso Furtado 2018 (CAPES-Brasil/Cambridge-Inglaterra). Historiador e doutorado em História Social dela Universidade Federal Fluminense (Brasil), e pós-doutorado no Museu Paulista da Universidad de São Paulo (Brasil). Obras publicadas: *Nos tempos da Guanabara (1960-1975): Uma história visual* (Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2015), *Fotograficamente Rio: a cidade e seus temas* (Niterói: PPGHistória/LABHOI/UFF/FAPERJ, 2016), e, junto com Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago, *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários* (São Paulo: Letra e Voz, 2016). anamauad@id.uff.br